



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA

**Convênio 31/2026 /RETOMADA**

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE GOIÁS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA E O MUNICÍPIO DE PARAÚNA - GOIÁS, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:**

**CONCEDENTE: O ESTADO DE GOIÁS**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA - RETOMADA**, inscrita no CNPJ nº 37.992.607/0001-05, com sede administrativa situada na Rua 82 nº 400, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 2º andar, Setor Central, em Goiânia - GO, neste ato representada por seu titular, Sr. **César Augusto de Sotkeviciene Moura**, inscrito no CPF sob o nº XXX.145.881-XX, residente e domiciliado em Goiânia - GO, doravante denominada **CONCEDENTE**.

**CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE PARAÚNA - GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 02.394.765/0001-89, com endereço na Praça Eugênio Sardinha da Costa, nº 02, Centro, CEP: 75980-000, Paraúna - GO, neste ato representado pelo Prefeito Sr. **Flavio Augusto Negro de Moraes**, inscrito no CPF sob o nº XXX.227.181-XX, residente e domiciliado em Paraúna - GO, doravante denominada, **CONVENIENTE**, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO, tudo constante nos processos administrativos nº (202619222000461) e nos termos e condições estipuladas abaixo:

### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

1.1 As partes supra identificadas ajustaram, e por este instrumento celebram o Termo de Convênio, em conformidade com as normas legais previstas na Lei Federal 14.133/2021 e Decreto nº 10.248 de 31 de março de 2023.

### **2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1 O presente convênio tem por objeto apoiar a realização do evento **“Arraiá Bota Fumaça 2026: Resgatando Cultura do Sertão ao Cerrado”** a ser realizado **nos dias 22 e 23 de maio de 2026**, com finalidade de promover a valorização das tradições culturais juninas, fortalecendo a identidade local por meio de manifestações típicas, como apresentações musicais, danças, culinária regional e demais expressões culturais características do sertão e do cerrado, ao mesmo tempo em que impulsiona o desenvolvimento econômico e social do Município de Paraúna - GO.

2.2 A iniciativa visa impulsionar a economia local, fomentando o comércio, o turismo e a geração de renda no município, ao atrair visitantes e movimentar diversos setores, como alimentação, hospedagem, transporte e serviços.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PLANO DE TRABALHO**

3.1 Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho (90714956), especialmente elaborado e aprovado, do qual consta o detalhamento dos objetivos, metas e etapas de execução, com seus respectivos cronogramas, devidamente justificados, que passam a fazer parte integrante deste Instrumento de Convênio, independente de transcrição.

3.1.1 Qualquer ajuste a ser realizado no Plano de Trabalho (90714956), deve ser submetidos e aprovado previamente pela autoridade competente do CONCEDENTE.

3.1.2 Na hipótese de aditamento deste Termo de Convênio, que acarrete alteração do Plano de Trabalho, este deverá ser ajustado e devidamente aprovado.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE**

4.1 Compete ao CONCEDENTE, além das obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.248 de 31 de março de 2023:

4.1.1 efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Convênio, na forma estabelecida no Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho (90714956) aprovado, que guardará consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto deste Instrumento;

4.1.2 monitorar, acompanhar, fiscalizar e atestar a execução do objeto conveniado e avaliar seus resultados;

4.1.3 prorrogar de ofício a vigência deste Termo de Convênio antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, desde que haja plena condição para execução do objeto;

4.1.4 avaliar a execução deste Termo de Convênio, objetivando a decisão de aprovar o redirecionamento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho (90714956) e eventual solicitação de Termo Aditivo pelo CONVENENTE, fundamentada em razões que a justifique;

4.1.5 acompanhar e fiscalizar, por meio de um representante ou de uma equipe de representantes, especialmente designado(a), a utilização dos recursos transferidos para consecução do objeto deste Termo de Convênio, avaliando os seus resultados e reflexos, de acordo com o estabelecido na Cláusula Décima - Do acompanhamento e fiscalização;

4.1.6 verificar a regular aplicação da parcela de recursos, condicionando sua liberação ao cumprimento de metas previamente estabelecidas;

4.1.7 analisar os Relatórios de Execução e a Prestação de Contas dos recursos aplicados na consecução do objeto deste Termo de Convênio, devendo comunicar ao CONVENENTE qualquer irregularidade decorrente do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, e suspender a liberação dos respectivos recursos, fixando prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período;

4.1.8 verificar os procedimentos licitatórios realizados pelo CONVENENTE para a execução do objeto deste Termo de Convênio, atendo-se à documentação no que concerne à contemporaneidade do certame; aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência; ao respectivo enquadramento do objeto conveniado com o efetivamente licitado e ao fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do CONVENENTE, que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis;

4.1.9 na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, reduzir o quantitativo até a etapa que apresente funcionalidade;

4.1.10 Receber e encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, a prestação de contas da gestão de recursos financeiros concedidos.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE**

5.1 Compete ao CONVENENTE, além das obrigações previstas na Lei 14.133/2021 e Decreto nº 10.248 de 31 de março de 2023:

5.1.1 executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado neste Termo de Convênio, conforme Plano de Trabalho (90714956) e suas reformulações, aprovados pelo CONCEDENTE, observando prazos e custos;

5.1.2 executar o objeto pactuado zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados, a fim de alcançar eficiência e eficácia na sua consecução;

5.1.3 assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;

5.1.4 selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando ao CONCEDENTE sempre que houver alterações;

5.1.5 promover a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência sensorial ou motora ou com mobilidade reduzida, às de atendimento prioritário e a outros especificados no Decreto nº 5.296/2004;

5.1.6 contribuir em favor da política de enfrentamento ao tráfico e à exploração sexual de crianças e adolescentes no segmento do turismo, e da inserção da marca do Programa Turismo Sustentável e Infância;

5.1.7 utilizar os recursos recebidos na execução do objeto deste Termo de Convênio, de acordo com o Plano de Trabalho (90714956), inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, quando for o caso, devendo sua movimentação realizar-se em conformidade com o disposto na Cláusula Nona – Da conta específica e da aplicação dos recursos;

5.1.8 arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pelo CONCEDENTE;

5.1.9 manter os documentos relacionados a este Termo de Convênio arquivados pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data em que for aprovada a prestação de contas;

5.1.10 responsabilizar-se pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas à contratação de pessoal para a consecução do objeto deste Termo de Convênio, bem como por quaisquer ônus tributários ou extraordinários que venham a incidir sobre o presente Instrumento;

5.1.11 assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do Governo Estadual e da RETOMADA em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito na CLÁUSULA SEGUNDA e, bem assim, inserir a marca do Governo Estadual nos outdoors custeados, em banners e cartazes, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Convênio, observados os limites da Lei Federal nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), ficando vedado aos Convenientes utilizarem nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

5.1.12 realizar, sob sua inteira responsabilidade, o processo licitatório, de acordo com as normas de licitação, assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do Termo de Referência, da planilha orçamentária, o respectivo detalhamento de sua composição por item de orçamento ou conjunto deles, e a disponibilidade de contrapartida, quando for o caso, sempre que optar pela execução terceirizada;

5.1.13 apresentar declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade conveniente, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;

5.1.14 exercer, na qualidade de concedente, a fiscalização sobre o convênio administrativo de execução ou fornecimento;

5.1.15 estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Termo de Convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos, quando for o caso;

5.1.16 fornecer ao CONCEDENTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

5.1.17 disponibilizar, sempre que solicitado, um representante para acompanhar o servidor ou equipe do CONCEDENTE especialmente designado(a) no ato da fiscalização in loco;

5.1.18 permitir o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE, bem como do Tribunal de Contas do Estado aos processos, documentos, informações referentes a este Termo de Convênio, bem como aos locais de execução do objeto;

5.1.19 não realizar despesa em data anterior à vigência deste Termo de Convênio nem efetuar pagamento em data posterior à sua vigência, salvo se expressamente autorizada pela autoridade competente do CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste Instrumento;

5.1.20 não autorizar o pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração a servidor ou empregado público que pertença aos quadros de órgãos ou entidades da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal;

5.1.21 não efetuar pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

5.1.22 não realizar despesas a título de taxa de administração, ou similar;

5.1.23 não realizar trespasse ou cessão da execução do objeto do convênio, exceto para as contratações necessárias à execução do plano de trabalho e observados os princípios da administração pública;

5.1.24 disponibilizar, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Termo de Convênio contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado.

5.1.25 disponibilizar todo e qualquer material produzido no âmbito deste Termo de Convênio ao CONCEDENTE, para fins institucionais e instrucionais, quando for o caso;

5.1.26 instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do convênio ou gestão financeira do Convênio, comunicando tal fato ao CONCEDENTE;

5.1.27 prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, das aplicações financeiras, quando houver, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na forma do Artigo 21 do Decreto Estadual nº 10.248/2023, contados do término da vigência deste Termo de Convênio e na forma prevista nos itens 5.4, 5.5 e seguintes desta Cláusula;

5.1.28 não contratar pessoas que tenham sido responsáveis pela elaboração de projetos básicos ou de termos de referência relativos aos objetos contratados, por descumprir o disposto Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.248/2023;

5.1.29 elaborar projetos básicos ou termos de referências, para as contratações necessárias à consecução do objeto, com os elementos necessários e suficientes para possibilitar a avaliação dos custos dos serviços a serem contratados de acordo com a Lei nº. 14.133/2021 e Decreto nº. 10.248/2023;

5.1.30 colher as assinaturas de todas as pessoas incluídas como responsáveis pelos projetos básicos ou termos de referência, em atenção ao princípio da veracidade que deve nortear a administração pública, e ao caráter formal do procedimento licitatório consagrado de acordo com Lei nº. 14.133/2021 e Decreto nº. 10.248/2023;

5.1.31 exigir a emissão de pareceres técnico e jurídicos após a fase preparatória, com a finalidade de realização de controle prévio de legalidade dos convênios e termos aditivos contratuais, atendendo ao comando do art. 53 da Lei federal nº 14.133, de 1 abril de 2021;

5.1.32 formalizar procedimentos de licitação, com abertura do processo administrativo, autuação, protocolo e numeração dos autos processuais, nos termos preconizados pela Lei nº. 14.133/2021 e Decreto nº. 10.248/2023;

5.1.33 exibir os vídeos de promoção do turismo do Estado de Goiás, disponibilizado pelo CONCEDENTE, devendo ser exibidos, preferencialmente nos períodos que antecedem as atrações artísticas, ou em locais de grande concentração de público do evento;

5.1.34 comunicar o cancelamento do evento à RETOMADA, no prazo mínimo de 03 (três) dias antes de seu início, sob pena de responsabilizar-se por eventuais gastos realizados por esta pasta com o envio de servidor(es) para efetuar a fiscalização do evento, ressalvados os casos fortuitos e de força maior;

5.1.35 assegurar e comprovar que os valores arrecadados com a venda de bens e serviços produzidos ou fornecidos no âmbito deste Termo de Convênio sejam revertidos para a consecução do objeto ou recolhidos à conta do Tesouro Estadual, quando for o caso;

5.1.36 Realizar a divulgação da formalização do convênio na comunidade beneficiada e à Câmara de Vereadores por meio de reunião pública presencial ou virtual, fixação de cartazes em locais de grande circulação, publicações nas redes sociais oficiais, envio de ofícios formais à Câmara, e, quando aplicável, publicação no Diário Oficial do Município;

5.1.37 identificar o objeto do convênio como resultante da aplicação de recursos do governo estadual.

5.2 O descumprimento de quaisquer das obrigações dispostas nos incisos anteriores acarretará ao CONVENENTE a prestação de esclarecimentos perante o CONCEDENTE.

5.3 A fiscalização pelo CONVENENTE consiste na atividade administrativa realizada de modo sistemático, atualizada, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos. Nesse sentido, a fiscalização pelo CONVENENTE deverá:

a) manter profissional ou equipe de fiscalização constituída de profissionais habilitados e com experiência necessária ao acompanhamento e controle dos serviços; e

b) verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem os requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos projetos aprovados.

5.4 Os documentos referentes ao procedimento licitatório, à celebração de convênios, à liquidação e aos pagamentos das despesas previstas no Plano de Trabalho aprovado, bem como as informações relativas ao registro de ingressos de recursos do convênio, deverão ser apresentadas no momento da prestação de contas.

5.5 Além da documentação solicitada no Plano de Trabalho, a prestação de contas deverá ser elaborada com rigorosa observância às disposições do Decreto Estadual nº. 10.248/2023, devendo ser composta do seguinte:

5.5.1 ofício de encaminhamento;

5.5.2 relatório circunstanciado do cumprimento do objeto;

5.5.3 cópia do plano de trabalho aprovado pelo ordenador de despesa;

5.5.4 cópia do termo firmado, com indicação da data de sua publicação;

5.5.5 relatório de execução físico-financeira;

5.5.6 demonstrativo da execução da receita e da despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferidos na aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, e os saldos;

5.5.7 relação de pagamentos efetuados com os recursos do concedente e convenente, bem como dos provenientes da aplicação financeira;

5.5.8 relação de serviços de terceiros com os recursos do concedente e convenente, bem como dos provenientes da aplicação financeira;

5.5.9 extrato da conta bancária específica, do período do recebimento da primeira parcela até o último pagamento, demonstrando a conta zerada, e, se for o caso, a conciliação bancária;

5.5.10 extratos da conta de aplicação financeira, evidenciando todos os rendimentos auferidos no período e demonstrando a conta zerada;

5.5.11 comprovante de recolhimento do saldo de recursos ao Tesouro Estadual;

5.5.12 cópia dos despachos adjudicatório e homologatório das licitações realizadas ou justificativa para a sua dispensa ou a sua inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal;

5.5.13 cópia dos convênios firmados e com os respectivos aditivos e publicações, quando for o caso;

5.5.14 notas fiscais/faturas;

5.5.15 o relatório fotográfico dos bens adquiridos e das obras realizadas, se for o caso;

5.5.16 a relação dos treinados ou dos capacitados, quando for o caso; e

5.5.17 o termo de compromisso por meio do qual o conveniente fica obrigado a manter os documentos relacionados ao convênio pelo prazo de 5 (cinco) anos, da data em que foi aprovada a prestação de contas

5.6 Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido no convênio, o CONCEDENTE estabelecerá prazo adicional máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação ou para a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

5.7 Se ao término do prazo estabelecido o CONVENIENTE não apresentar a prestação de contas nem devolver os recursos, o concedente registrará, no sistema previsto no parágrafo único do art. 8º do Decreto nº 10.248 , a inadimplência por omissão do dever de prestar contas, adotará medidas para a reparação do dano ao erário e, se for o caso, providenciará a instauração de tomada de contas especial, sob a pena de responsabilização solidária , nos termos do Artigo 24 do Decreto Estadual nº. 10.248/2023.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

6.1 O presente Termo de Convênio terá vigência de **2 (dois) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, com sua eficácia condicionada a publicação no Diário Oficial do Estado, para a consecução do objeto expresso no Plano de Trabalho (90714956) aprovado.

6.2 Quando o CONCEDENTE der causa ao atraso na liberação dos recursos, a vigência deste Termo de Convênio será prorrogada, de ofício, pelo exato período do atraso verificado, devendo o CONVENIENTE, caso o atraso tenha comprometido a realização de metas ou ações estabelecidas no cronograma de execução, propor a reformulação do Plano de Trabalho, que deverá ser aprovado pela área técnica do CONCEDENTE.

6.3 A vigência deste Instrumento poderá ser prorrogada, mediante Termo Aditivo, por solicitação do CONVENIENTE, fundamentada em razões concretas que a justifiquem, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da vigência prevista para a execução de seu objeto, desde que aceita pelo CONCEDENTE.

6.4 O CONVENIENTE terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para apresentar a Prestação de Contas, a contar do término da vigência estabelecida no item 6.1, ou da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

7.1 Para a execução do objeto deste Termo de Convênio, dá-se o valor total de **R\$109.467,86 (cento e nove mil quatrocentos e sessenta e sete reais e oitenta e seis centavos)**, cabendo ao CONCEDENTE destinar o montante de **R\$95.000,00 (noventa e cinco mil reais)**, correndo as despesas à conta do

Orçamento do Estado de Goiás, observadas as características abaixo especificadas, e ao CONVENENTE caberá a contrapartida financeira no montante de **R\$ 14.467,89 (quatorze mil quatrocentos e sessenta e sete reais e oitenta e nove centavos)**, contrapartida da convenente (90715008), conforme Plano de Trabalho (90714956) aprovado.

Da **CONCEDENTE**:

Dotação Orçamentária: 2026.4201.11.691.1054.3254.03

Natureza da Despesa: 3.3.40.41.21

Fonte: 15000100

Nota de Empenho: 2026.4201.027.00032 (90668992), no valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais)

Da **CONVENETE** :

Natureza da Despesa: 04.122.1315.2.003.3.3.90.39.23

Nota de Empenho: 00001/2026 (90715008), no valor de R\$ 14.467,89 (quatorze mil quatrocentos e sessenta e sete reais e oitenta e nove centavos)

7.2 As despesas decorrentes da execução do presente Convênio em exercício subsequente, no que corresponde ao CONCEDENTE, correrão à conta de suas dotações orçamentárias, sendo objeto de Termo Aditivo a indicação do respectivo crédito e empenho, quando for o caso.

7.3 Os recursos transferidos pelo CONCEDENTE, provenientes das aplicações, se for o caso, figurarão, obrigatoriamente, no Orçamento do CONVENENTE, obedecendo ao desdobramento por fonte de recursos e elementos de despesa.

7.4 Na hipótese do objeto deste Termo de Convênio vir a ser alcançado com a utilização parcial dos recursos financeiros postos à disposição, tanto pelo CONCEDENTE quanto pelo CONVENENTE, considerar-se-á, para todos os efeitos, a mesma proporcionalidade de participação, aplicável ao valor total anteriormente pactuado.

## **8. CLÁUSULA OITAVA- DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

8.1 Os recursos financeiros serão liberados de acordo com o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho (90714956) aprovado, em consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do Convênio, a crédito de conta específica.

8.2 Para recebimento dos recursos o CONVENENTE deverá estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho.

8.3 A liberação da segunda parcela e seguintes fica condicionada à aprovação, pelo CONCEDENTE, de relatório de execução com comprovação da aplicação dos recursos da última parcela liberada, quando for o caso.

8.4 O CONCEDENTE suspenderá a liberação dos recursos quando houver quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, ou quando a justificativa apresentada pelo CONVENENTE não for aceita, observado o previsto na Cláusula Décima Primeira – Das Irregularidades.

## **9. CLÁUSULA NONA - DA CONTA ESPECÍFICA E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

9.1 Os recursos transferidos pelo CONCEDENTE, serão obrigatoriamente, mantidos em conta bancária específica do Convênio exclusivamente em instituições financeiras controladas pelo Estado e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho (90714956), mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária, ou para aplicação no mercado financeiro;

9.2 Os recursos financeiros serão repassados ao CONVENENTE, em uma ou mais parcelas, para atendimento das disposições do Demonstrativo de Desembolso contido no Plano de Trabalho (90714956), parte integrante deste Termo de Convênio;

9.3 O CONVENENTE manterá uma conta bancária específica, para registro das operações financeiras do Convênio;

9.4 Se houver saldo dos recursos que foram liberados pela CONCEDENTE, este deverá ser devolvido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do término do Convênio, ressalvadas as hipóteses;

9.5 Os recursos liberados pela CONCEDENTE e aplicados indevidamente pelo CONVENENTE deverão ser devolvidos à conta vinculada do Convênio;

9.6 Os recursos serão mantidos em conta bancária específica, somente sendo permitidos saques para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária, ou para aplicação no mercado financeiro;

9.7 Os recursos transferidos pela CONCEDENTE, enquanto não empregados na sua finalidade, deverão ser obrigatoriamente aplicados, através da instituição bancária detentora da conta corrente do Convênio, desde que não prejudique a consecução do objeto nos prazos pactuados;

9.8 As receitas, oriundas dos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, não poderão ser computadas como contrapartida e serão aplicadas no objeto do Convênio, estando sujeitas às mesmas condições de prestação de contas exigidas para recursos transferidos.

9.9 Os saldos de Convênio, enquanto não utilizados, serão, obrigatoriamente, aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês.

9.10 As receitas financeiras auferidas na forma da alínea anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

9.11 A liberação de parcelas de recursos sujeitará o convenente a manter as mesmas condições para celebração do convênio e deverá ser efetuada em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos abaixo enumerados, hipóteses em que as referidas parcelas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

9.11.1. quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelos órgãos competentes do controle interno da Administração;

9.11.2. quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

9.11.3. quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo participante repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

9.12 O valor do repasse a ser transferido pela concedente não poderá ser aumentado.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

10.1 A execução deste Termo de Convênio será acompanhada e fiscalizada por servidor(a) a ser designado por meio de Portaria, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução de seu

objeto, devendo o CONCEDENTE registrar os atos de acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste Instrumento, respondendo o CONVENENTE pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução deste Termo de Convênio.

10.2 A fiscalização pelo CONCEDENTE consistirá, entre outros, em ateste da execução de serviços realizados no âmbito deste Termo de Convênio, mediante fiscalização in loco ou conforme previsto nas subcláusulas 10.5 e 10.7 abaixo delineadas, por meio da verificação da compatibilidade dos quantitativos apresentados com os quantitativos efetivamente executados.

10.3 O acompanhamento pelo CONCEDENTE consistirá, entre outros, na análise e aprovação das eventuais reformulações de projetos, quando houver modificação, inclusive de especificações dos serviços, desde que fundamentadas e justificadas em relatórios técnicos elaborados pelo CONVENENTE, apresentados previamente ao CONCEDENTE.

10.4 A execução deste Termo de Convênio será acompanhada por um representante, ou uma equipe de representantes, do CONCEDENTE, especialmente designado(a), conforme previsto na subcláusula 4.1.5., constante da Cláusula Quarta – Das Obrigações do Concedente, que anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução de seu objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

10.5 O(A) servidor/equipe designado(a) pelo CONCEDENTE acompanhará a execução do objeto deste Termo de Convênio, preferencialmente, por meio de supervisão in loco ou qualquer meio idôneo disponível, tais como: jornais, internet, fotografias, telefonemas e congêneres, que caso não ocorra deverá ser devidamente justificada.

10.6 O(A) servidor/equipe especialmente designado(a) pela CONCEDENTE não poderá pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão.

10.7 O CONVENENTE deverá franquear o acesso dos servidores especialmente designados para a função fiscalizatória aos processos, documentos ou informações referentes à execução do Convênio.

10.8 A não execução do objeto na data prevista no Plano de Trabalho aprovado ensejará a anulação da Nota de Empenho e rescisão unilateral do Convênio pela CONCEDENTE.

10.9 No acompanhamento do objeto deste Termo de Convênio serão verificados:

- a) a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- b) a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- c) o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas.

10.10 Ficarão sujeitos à responsabilização administrativa, civil e penal aqueles que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação dos servidores da CONCEDENTE, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS IRREGULARIDADES**

11.1 O CONCEDENTE comunicará ao CONVENENTE, quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, além das previstas abaixo, e suspenderá a liberação dos recursos, fixando prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

I - quando não houver comprovação da correta aplicação da(s) parcela(s) recebida(s), na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados pelo CONCEDENTE e/ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública Federal;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da

Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo de Convênio;  
e

III - quando o CONVENENTE descumprir qualquer Cláusula ou condição deste Termo de Convênio.

11.2 Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o CONCEDENTE disporá do prazo de 10 (dez) dias para apreciá-los e decidir quanto à aceitação das justificativas apresentadas, sendo que a apreciação fora do prazo previsto não implica aceitação das justificativas apresentadas.

11.3 Caso não haja a regularização no prazo previsto no caput desta Cláusula o CONCEDENTE: a) realizará a apuração do dano; e b) comunicará o fato ao CONVENENTE para que seja ressarcido o valor referente ao dano.

11.4 O não atendimento das medidas saneadoras previstas na subcláusula 11.2 ensejará que o ordenador de despesas, sob pena de responsabilidade, determine a inscrição no cadastro de inadimplentes e a instauração da Tomada de Contas Especial.

11.5 Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, o CONCEDENTE dará ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificará o Ministério Público.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS**

12.1 Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, rescisão ou extinção deste Instrumento, o CONVENENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial, é obrigado a recolher por meio de Guia de Recolhimento ao Estado o que se segue:

12.1.1 os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, não utilizadas no objeto pactuado;

12.1.2 o valor total dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescido de juros de mora, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, nos seguintes casos:

a. quando não for executado o objeto da avença;

b. quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Termo de Convênio; e

c. quando não for apresentada, no prazo estabelecido neste Termo de Convênio, a prestação de contas.

12.1.3 o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais;

12.1.4 o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ou, ainda, que não tenha sido feita aplicação;

12.1.5 o valor correspondente a qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao erário.

12.2 A devolução prevista no item 11.1 será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos previstos na celebração, independentemente da época em que foram aportados pelos Partícipes.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO**

13.1 Obriga-se o CONVENENTE a registrar, em sua contabilidade analítica, os recursos recebidos do CONCEDENTE, sendo que as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do CONVENENTE, identificando o número do Convênio e a especificação dos itens conforme Plano de Trabalho (90714956) aprovado, bem como manter em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, à disposição dos órgãos de Controle Interno e Externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS VEDAÇÕES**

14.1 É vedada a utilização dos recursos repassados pelo CONCEDENTE, dos recursos oriundos de aplicação financeira, quando houver, em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho aprovado, devendo o Convênio ser executado em estrita observância às suas Cláusulas e às normas pertinentes, sendo vedado:

I - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – trespasse ou cessão da execução do objeto do convênio, exceto para as contratações necessárias à execução do plano de trabalho e observados os princípios da administração pública;

III – pagar, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas, compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias vigente;

IV – alterar o objeto do convênio de forma a descaracterizá-lo;

V – utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;

VI – realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

VII – realizar despesa em data posterior à vigência do instrumento, salvo os pagamentos cujo fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;

VIII – realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

IX - Fica vedada a proposição de aquisição de bens móveis/imóveis e/ou materiais permanentes.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

15.1 Este Convênio poderá ser denunciado por quaisquer dos Participes, mediante notificação escrita, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas Cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se aos Participes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido, auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

15.2 Constitui motivo para rescisão deste Termo de Convênio, além do acima exposto, principalmente a constatação, pelo CONCEDENTE, das seguintes situações:

a) o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;

b) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;

d) aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto na Cláusula Nona - Da Conta Específica e da Aplicação dos Recursos; e

e) verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.

15.3 Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

15.4 A rescisão do Convênio quando resulte dano ao erário enseja a instauração de Tomada de Contas Especial.

15.5 Em sendo evidenciados pelos órgãos de controle ou Ministério Público vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO**

16.1 Este Convênio poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante proposta de modificação a ser apresentada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência e desde que aceitas pelo CONCEDENTE, não podendo haver alteração do objeto aprovado.

16.2 A celebração de Termo Aditivo fica condicionada à comprovação de regularidade, nos termos da legislação vigente, e da regular execução das metas/etapas do Convênio em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, a ser verificada pela respectiva área técnica do CONCEDENTE.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DIVULGAÇÃO**

17.1 Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Convênio será obrigatoriamente consignada a participação do CONCEDENTE.

17.2 Fica vedada aos Participes a realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos e desde que previstas no Plano de Trabalho (90714956).

17.3 Será considerada promoção pessoal, dentre outras: a utilização de faixas, painéis, cartazes, folders, outdoors ou outras formas de divulgação onde constem nomes ou imagens de autoridades ou servidores públicos.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E DO FORO**

18.1 As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

18.2 As partes elegem o foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, para dirimir quaisquer conflitos e dúvidas decorrentes deste convênio, com renúncia expressa de todos os demais, por mais privilegiados que sejam. A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

19.1. Caberá ao CONCEDENTE providenciar, por sua conta, a publicação resumida do Instrumento de Convênio e de seus aditamentos, na imprensa oficial e no prazo legal, conforme Lei Federal nº 14.133/2021 e nos termos do art. 20 do Decreto nº 10.248/2023;

E por estarem em acordo, assinam este instrumento os representantes das partes, para que se alcance os jurídicos e desejados efeitos.

Pela **CONCEDENTE**:

**CÉSAR AUGUSTO DE SOTKEVICIENE MOURA**

Secretário de Estado da Retomada

Pela **CONVENENTE**:

**FLAVIO AUGUSTO NEGRAO DE MORAES**

Prefeito Municipal de Paraúna - GO

GOIÂNIA, 20 de maio de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **CESAR AUGUSTO DE SOTKEVICIENE MOURA, Secretário (a) de Estado**, em 20/05/2026, às 18:04, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Augusto Negrao de Moraes, Usuário Externo**, em 21/05/2026, às 08:24, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **90589023** e o código CRC **0BE2256B**.

GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS  
RUA 82 400, PALACIO PEDRO LUDOVICO TEIXERIRA, 2 ° ANDAR ALA LESTE - Bairro  
SETOR CENTRAL - GOIANIA - GO - CEP 74015-095 - .



Referência: Processo nº 202619222000461



SEI 90589023

## PLANO DE TRABALHO

### 1. DADOS CADASTRAIS CONCEDENTE

|   |          |   |                    |
|---|----------|---|--------------------|
| 1.1 Órgão/Entidade Proponente:  |          | 1.2 CNPJ:   |                    |
| Secretaria de Estado da Retomada  |          | 37.992.607/0001-05  |                    |
| 1.3 Endereço: Rua 82, nº 400, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 2º Andar, Ala Leste, Setor Central |          |   |                    |
| 1.4 Cidade:   | 1.5 UF:  | 1.6 CEP:  | 1.7 DDD/Telefone:  |
| Goiânia   | GO       | 74.015-908  | (62) 3201-5255     |
| 1.8 E-mail:<br><a href="mailto:cesar.moura@goias.gov.br">cesar.moura@goias.gov.br</a>             |          | 1.9 Site:<br><a href="http://www.retomada.go.gov.br">www.retomada.go.gov.br</a>             |                    |
| 1.10 Nome do Responsável pela instituição:  |          | 1.11 CPF:   |                    |
| Cesar Augusto de Stokeviciene Moura   |          | XXX.145.881-XX  |                    |
|   |          | 1.12 C.I (Órgão Expedidor):   |                    |
|   |          | 3100305 SSP-GO  |                    |
| 1.13 Endereço:  |          |   |                    |
| Rua 82, nº 400, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 2º Andar, Ala Oeste, Setor Central               |          |   |                    |
| 1.14 Cidade:  | 1.15 UF: | 1.16 CEP:   | 1.17 DDD/Telefone: |
| Goiânia   | GO       | 74.015-908  | (62) 3201-5255     |
| 1.18 E-mail:<br><a href="mailto:cesar.moura@goias.gov.br">cesar.moura@goias.gov.br</a>            |          | 1.19 Site:<br><a href="https://www.retomada.go.gov.br/">https://www.retomada.go.gov.br/</a> |                    |

### 2. DADOS CADASTRAIS - CONVENENTE

|  |         |  |                   |
|--|---------|--|-------------------|
| 2.1 Órgão/Entidade Proponente:                                 |         | 2.2 CNPJ:  |                   |
| Município de Paraúna - GO                                      |         | 02.394.765/0001-89   |                   |
| 2.3 Endereço:  |         |  |                   |
| Praça Eugênio Sardinha da Costa, nº 02, Centro, CEP: 75980-000 |         |  |                   |
| 2.4 Cidade:  | 2.5 UF: | 2.6 CEP:   | 2.7 DDD/Telefone: |
| Paraúna  | GO      | 75980-000  | (64) 3556-7200    |
| 2.8 E-mail:<br>conveniosparauna@gmail.com                      |         | 2.9 Site:<br><a href="https://parauna.go.gov.br/">https://parauna.go.gov.br/</a> |                   |

|  |   |
|--|---|
| 2.10 Nome do Responsável pela instituição: | 2.11 CPF:                                   |
| Flavio Augusto Negroa de Moraes            | XXX.227.181-XX                              |
|  | 2.12 C.I (Órgão Expedidor): 3346390 DGPC GO |

|   |          |   |                    |
|---|----------|---|--------------------|
| 2.13 Endereço   |          |   |                    |
| Rua Prof. Honório, Q. SQB, L. 3, S/N, Setor Floriano Gomes – CEP: 75980-000 |          |   |                    |
| 2.14 Cidade:  | 2.15 UF: | 2.16 CEP:   | 2.17 DDD/Telefone: |
| Paraúna   | GO       | 75980-000   | (64) 3556-1800     |
| 2.18 E-mail:<br>governo@parauna.go.gov.br                                   |          | 2.19 Site:<br><a href="https://parauna.go.gov.br/">https://parauna.go.gov.br/</a> |                    |

### 3. DADOS CADASTRAIS - GESTOR (A) DO CONVÊNIO

|   |         |                |                   |
|---|---------|----------------|-------------------|
| 3.1 Nome:   |         | 3.2 CPF:       |                   |
| Flavio Augusto Negroa de Moraes                                 |         | XXX.227.181-XX |                   |
| 3.3 Vínculo com Conveniente: Prefeito Municipal de Paraúna - GO |         |                |                   |
| 3.4 Cidade:   | 3.5 UF: | 3.6 CEP:       | 3.7 DDD/Telefone: |
| Paraúna   | GO      | 75980-000      | (64) 3556-1800    |
| 3.8 E-mail: governo@parauna.go.gov.br                           |         |                |                   |

### 4. DESCRIÇÃO DO OBJETO

|  |                               |   |
|--|-------------------------------|---|
| 4.1 Título do Projeto:   | 4.2 Vigência do convênio:     |   |
| Custeio para a realização do Arraia bota fumaça 2026: resgatando cultura do sertão ao cerrado (estrutura). |                               |   |
|  | Após a subscrição do Convênio | 02 (dois) meses após a assinatura do Convênio |
| 4.3 Objeto do Convênio:  |                               |   |

O presente convênio celebrado entre o Município de Paraúna e a Secretaria de Estado da Retomada tem por objeto a transferência de recursos financeiros no valor de R\$ 95.001,19 (noventa e cinco mil, um real e dezenove centavos), destinados à realização do evento “Arraiá Bota Fumaça 2026: Resgatando Cultura do Sertão ao Cerrado”, previsto para ocorrer nos dias 22 e 23 de maio de 2026, com a finalidade de promover, preservar e fortalecer as tradições culturais juninas do município e da região, incentivando manifestações artísticas, culturais, folclóricas e populares que integram o patrimônio imaterial goiano.

O evento constitui importante instrumento de valorização da cultura regional, proporcionando à população e aos visitantes o acesso a apresentações musicais ao vivo, quadrilhas juninas, danças típicas, manifestações culturais tradicionais, gastronomia regional, decoração temática e demais atividades voltadas ao resgate das raízes culturais do sertão e do cerrado goiano. A proposta busca incentivar a participação comunitária, fortalecer os vínculos sociais e promover a integração entre diferentes faixas etárias, estimulando o sentimento de pertencimento e identidade cultural da população local.

Os recursos provenientes do convênio serão aplicados na contratação e execução da infraestrutura necessária à adequada realização do evento, abrangendo serviços de locação de palco, sistema de sonorização profissional, iluminação cênica, tendas, geradores de energia, banheiros químicos, disciplinadores, estruturas de apoio, montagem e desmontagem de equipamentos, além de outros serviços indispensáveis à segurança, organização e qualidade das atividades programadas. A estrutura planejada visa garantir acessibilidade, conforto, segurança e condições adequadas para recepção do público participante, artistas, trabalhadores e equipes técnicas envolvidas.

A realização do “Arraiá Bota Fumaça 2026” também possui relevante impacto econômico e turístico para o município, considerando que o evento fomenta a atividade comercial local e regional, promovendo a circulação de renda e a geração de oportunidades para comerciantes, ambulantes, artesãos, prestadores de serviços, trabalhadores temporários e empreendedores locais. Durante o período festivo, diversos setores da economia são diretamente beneficiados, especialmente os segmentos de alimentação, hospedagem, transporte, lazer e comércio em geral, contribuindo para o fortalecimento da economia municipal.

Além de seu caráter cultural e econômico, a iniciativa possui relevante dimensão social, ao proporcionar acesso gratuito à cultura, ao lazer e ao entretenimento para a população, democratizando o acesso às manifestações culturais tradicionais e incentivando a preservação das festividades juninas como patrimônio cultural popular. Dessa forma, o convênio contribui para o fortalecimento das políticas públicas de cultura, turismo e desenvolvimento regional, consolidando o município de Paraúna como importante referência na promoção das tradições culturais goianas.

#### **4.4 Justificativa:**

A celebração do convênio justifica-se pela relevância cultural, social e econômica do evento “Arraiá Bota Fumaça 2026: Resgatando Cultura do Sertão ao Cerrado” para o Município de Paraúna – GO. As festividades juninas representam uma importante manifestação da cultura popular brasileira, sendo fundamentais para a preservação das tradições, dos costumes e da identidade cultural da população local, especialmente no contexto do sertão e do cerrado goiano.

A realização do evento, prevista para os dias 22 e 23 de maio de 2026, demanda estrutura adequada para garantir segurança, conforto e acessibilidade ao público participante. Nesse sentido, o apoio financeiro por meio do convênio com a Secretaria de Estado da Retomada torna-se essencial para viabilizar a execução do projeto, possibilitando a contratação de serviços e a montagem da infraestrutura necessária.

Além do aspecto cultural, destaca-se o impacto positivo na economia local, uma vez que o evento promove a movimentação do comércio, estimula o turismo e gera oportunidades de renda para trabalhadores formais e informais, como comerciantes, ambulantes, artistas e prestadores de serviços. Tal dinâmica contribui diretamente para o fortalecimento da economia do município, especialmente em períodos de realização de eventos de grande porte.

Dessa forma, a parceria entre o Município de Paraúna e a Secretaria da Retomada se mostra plenamente justificada, considerando o interesse público envolvido, a valorização da cultura regional e os benefícios econômicos e sociais decorrentes da realização do evento.

#### 4.5 Caracterização dos Interesses Recíprocos:

A caracterização dos interesses recíprocos entre a Secretaria de Estado da Retomada e o Município de Paraúna – GO fundamenta-se na convergência de objetivos voltados à promoção do desenvolvimento cultural, social e econômico da região. De um lado, a Secretaria da Retomada tem como diretriz fomentar iniciativas que estimulem a economia local, incentivem o turismo e promovam a valorização das manifestações culturais goianas. De outro, o Município de Paraúna busca fortalecer suas tradições culturais, ampliar oportunidades de geração de renda e proporcionar à população eventos estruturados, seguros e de qualidade.

Nesse contexto, a realização do “Arraiá Bota Fumaça 2026: Resgatando Cultura do Sertão ao Cerrado” atende diretamente a esses interesses comuns, ao promover a difusão da cultura popular, incentivar a participação da comunidade e atrair visitantes, contribuindo para a dinamização da economia local. A parceria possibilita a união de esforços institucionais e financeiros, viabilizando a execução do evento com maior alcance e impacto.

Assim, evidencia-se a mútua cooperação entre as partes, em que a Secretaria da Retomada cumpre seu papel de indutora do desenvolvimento regional por meio do apoio a projetos estratégicos, enquanto o Município executa a ação de forma direta, garantindo a efetividade

FLAVIO AUGUSTO NEGRAO DE  
MORAES: 79318142153

Assinado de forma digital por FLAVIO AUGUSTO NEGRAO DE  
MORAES: 79318142153  
Data: 2026.04.17 08:12:30 -0300

da política pública e o atendimento das demandas da população. Dessa forma, os interesses recíprocos se alinham em prol do interesse público, da valorização cultural e do fortalecimento da economia local.

#### 4.6 Público-alvo:

O evento “Arraiá Bota Fumaça 2026: Resgatando Cultura do Sertão ao Cerrado” tem como público-alvo a população do Município de Paraúna – GO, abrangendo crianças, jovens, adultos e idosos, bem como visitantes provenientes de municípios vizinhos e da região. Destina-se especialmente às famílias, comunidades locais, estudantes da rede pública e privada, artistas regionais, comerciantes, empreendedores e trabalhadores informais que participam direta ou indiretamente das atividades culturais e econômicas promovidas durante o evento.

Além disso, o evento busca alcançar grupos culturais, quadrilhas juninas, músicos e demais agentes culturais, incentivando sua participação ativa na valorização e preservação das tradições típicas. Também contempla turistas e visitantes interessados na cultura regional, contribuindo para o fortalecimento do turismo local.

Dessa forma, o público-alvo caracteriza-se como amplo e diversificado, promovendo a inclusão social e o acesso democrático às manifestações culturais, ao mesmo tempo em que fomenta oportunidades de geração de renda e desenvolvimento econômico no município.

#### 4.7 Objetivos a serem alcançados:

O evento “Arraiá Bota Fumaça 2026: Resgatando Cultura do Sertão ao Cerrado” tem como finalidade principal promover a valorização das tradições culturais juninas, ao mesmo tempo em que impulsiona o desenvolvimento econômico e social do Município de Paraúna – GO. Por meio da realização do evento, busca-se fortalecer a identidade cultural local, ampliar o acesso da população a atividades culturais e fomentar a economia por meio da geração de emprego e renda.

Diante disso, destacam-se os seguintes objetivos a serem alcançados:

- Promover e valorizar as tradições culturais juninas, com ênfase nas manifestações típicas do sertão e do cerrado;
- Incentivar a participação de artistas, grupos culturais e comunidade local nas atividades do evento;
- Proporcionar lazer, entretenimento e integração social à população;
- Fomentar o turismo local e regional, atraindo visitantes ao município;
- Impulsionar a economia local, estimulando o comércio, a prestação de serviços e a geração de renda;
- Garantir estrutura adequada e segura para a realização do evento, assegurando qualidade e acessibilidade ao público;
- Fortalecer a identidade cultural e o sentimento de pertencimento da comunidade;
- Contribuir para a inclusão social por meio do acesso democrático às atividades culturais.

#### 4.8 Resultados esperados:

Com a realização do evento “Arraiá Bota Fumaça 2026: Resgatando Cultura do Sertão ao Cerrado”, espera-se alcançar resultados significativos nos âmbitos cultural, social e econômico do Município de Paraúna – GO. No aspecto cultural, prevê-se o fortalecimento e a valorização das tradições juninas, promovendo a preservação das manifestações típicas e incentivando a participação ativa da comunidade e de artistas locais.

No campo social, o evento deverá proporcionar maior integração entre os munícipes, ampliando o acesso da população a atividades culturais e de lazer, além de contribuir para a inclusão social e o fortalecimento do sentimento de pertencimento e identidade cultural.

Sob a perspectiva econômica, espera-se a dinamização do comércio local, com aumento na circulação de pessoas e, conseqüentemente, no consumo de bens e serviços, beneficiando diretamente comerciantes, prestadores de serviços e trabalhadores informais. O evento também deverá estimular o turismo regional, gerando impacto positivo nos setores de alimentação, hospedagem e transporte.

Adicionalmente, projeta-se a realização do evento com estrutura adequada, segura e organizada, garantindo a satisfação do público participante e consolidando o “Arraiá Bota Fumaça” como um evento tradicional no calendário municipal, apto a atrair investimentos e parcerias futuras.

#### 4.9 Metas a serem atingidas e indicadores de aferição

| META   | CRITÉRIO   | INDICADORES   | FORMA DE AFERIÇÃO / MEIO DE VERIFICAÇÃO  | DESEMPENHO  |
|--|--|---|--|---|
| Meta 1: Realizar o evento com participação popular expressiva              | Alcance de público durante os dois dias de evento          | Número de participantes presentes                           | Estimativa por contagem amostral, registros fotográficos e relatórios da organização | Ruim: até 1.500 pessoas /<br>Regular: 1.500 a 3.000 pessoas /<br>Bom: acima de 3.000 pessoas                          |
| Meta 2: Garantir a participação de atrações culturais locais e regionais   | Quantidade de apresentações culturais realizadas           | Número de apresentações (shows, quadrilhas, danças típicas) | Programação oficial, contratos artísticos e registros audiovisuais                   | Ruim: até 4 apresentações /<br>Regular: 5 a 7 apresentações /<br>Bom: 8 ou mais apresentações                         |
| Meta 3: Fomentar a economia local por meio da participação de comerciantes | Número de comerciantes/empreendedores participantes        | Quantidade de barracas/comércios instalados no evento       | Cadastro de expositores, autorizações municipais e registros fotográficos            | Ruim: até 10 participantes /<br>Regular: 11 a 20 participantes /<br>Bom: acima de 20 participantes                    |
| Meta 4: Assegurar estrutura adequada e satisfação do público               | Nível de organização, segurança e infraestrutura do evento | Índice de satisfação do público                             | Aplicação de questionário simples com participantes e relatório da organização       | Ruim: até 60% de satisfação /<br>Regular: 61% a 80% /   |
| Meta 5: Promover integração e acesso às atividades culturais               | Participação diversificada da comunidade                   | Presença de diferentes faixas etárias e grupos sociais      | Registros fotográficos, relatórios e observação da organização                       | Ruim: baixa diversidade de público /<br>Regular: diversidade moderada /<br>Bom: alta diversidade e participação ampla |

#### 4.11 Capacidade técnica-operacional

Portfólio dos eventos recentes em anexo.

| 5 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO |  |            |            |  |            |
|----------------------------|--|------------|------------|--|------------|
| Etapa                      | Descrição  | Duração    |            | Indicador Físico                             | Quantidade |
|                            |  | Início     | Término    |  |            |
| 1ª                         | Planejamento técnico, administrativo e operacional do evento, contemplando definição da programação oficial, elaboração do cronograma de atividades, alinhamento institucional, levantamento das necessidades estruturais, definição de layout do espaço do evento, organização das equipes de trabalho e acompanhamento da execução do plano de trabalho. | 16/05/2026 | 25/05/2026 | Planejamento técnico e operacional executado | 01         |
| 2ª                         | Procedimentos administrativos para contratação de serviços, locação de estruturas e formalização de fornecedores, incluindo contratação de palco, sonorização, iluminação, tendas, geradores, banheiros químicos, disciplinadores, estruturas de apoio e demais serviços indispensáveis à realização do evento.  | 16/05/2026 | 21/05/2026 | Contratações e serviços formalizados         | 01         |
| 3ª                         | Divulgação institucional e promocional do evento por meio de mídias digitais, redes sociais, carros de som, material gráfico, comunicação visual e mobilização da população local e regional, visando ampla participação popular e fortalecimento do calendário cultural municipal.  | 17/05/2026 | 23/05/2026 | Ações de divulgação realizadas               | 01         |
| 4ª                         | Organização logística e preparação do espaço destinado ao evento, incluindo limpeza da área, sinalização, delimitação de espaços, adequações de acesso, instalação de pontos de apoio e preparação para recebimento das estruturas e equipes técnicas.   | 19/05/2026 | 21/05/2026 | Espaço preparado e organizado realizado      | 01         |
| 5ª                         | Montagem da infraestrutura do evento, compreendendo instalação de palco, sistemas de sonorização e iluminação, tendas, geradores de energia, banheiros químicos, disciplinadores, estruturas de apoio, camarins, instalações elétricas e demais equipamentos necessários ao funcionamento das atividades programadas.                                      | 20/05/2026 | 21/05/2026 | Infraestrutura física montada                | 01         |

|    |   |            |            |   |    |
|----|---|------------|------------|---|----|
| 6ª | Realização das apresentações culturais e artísticas do evento "Arraiá Bota Fumaça 2026: Resgatando Cultura do Sertão ao Cerrado", incluindo shows musicais, apresentações de quadrilhas juninas, manifestações culturais tradicionais, atividades recreativas, programação cultural e funcionamento da estrutura de apoio ao público. | 22/05/2026 | 23/05/2026 | Evento cultural realizado                   | 01 |
| 7ª | Operacionalização e acompanhamento da execução do evento, incluindo suporte técnico, manutenção da infraestrutura, monitoramento das atividades, organização do fluxo de público, apoio às equipes e fiscalização dos serviços contratados durante a realização do evento.  | 22/05/2026 | 23/05/2026 | Serviços operacionais executados            | 01 |
| 8ª | Desmontagem da infraestrutura e retirada dos equipamentos utilizados no evento, incluindo desmontagem de palco, sonorização, iluminação, tendas, estruturas de apoio, banheiros químicos e limpeza final da área utilizada.   | 24/05/2026 | 26/05/2026 | Estrutura desmontada e área liberada        | 01 |
| 9ª | Consolidação documental, elaboração de relatórios técnicos e administrativos, organização de documentos comprobatórios, registros fotográficos, notas fiscais e demais elementos necessários para prestação de contas do convênio.  | 27/05/2026 | 30/06/2026 | Relatórios e prestação de contas concluídos | 01 |

## 6. PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO/ORÇAMENTO

| 6.1 Plano de Aplicação |                   |                  |                  |                |
|------------------------|-------------------|------------------|------------------|----------------|
| EXERCÍCIO              | TIPO DE DESPESA   | CONCEDENTE (R\$) | PROPONENTE (R\$) | TOTAL (R\$)    |
| 2026                   | Contratação Geral | R\$ 95.001,19    | R\$ 14.466,67    | R\$ 109.467,86 |

| 6.2 Orçamento Detalhado (Estrutura) |  |            |         |                |               |
|-------------------------------------|--|------------|---------|----------------|---------------|
| Item                                | Especificações   | Quantidade | Unidade | Valor Unitário | Valor Total   |
| 01                                  | CAMARINS COM ÁREA DE 5X5M CADA, A SEREM INSTALADOS EM ÁREA CONTÍGUA AO PALCO OU SOBRE O MESMO. MATERIAL PARA CAMARIM: OCTANORM E CHAPAS PADRÃO TS, COM 2,70M DE ALTURA. O TETO DO CAMARIM DEVERÁ SER FECHADO. CADA CAMARIM DEVERÁ DISPOR DE REDE ELÉTRICA INCLUINDO A INSTALAÇÃO DE, AO MENOS, TRÊS TOMADAS E DE | 4          | DI      | R\$ 5.666,67   | R\$ 22.666,67 |

|    |   |     |    |               |                       |
|----|---|-----|----|---------------|-----------------------|
|    | ILUMINAÇÃO ADEQUADA AO ESPAÇO. MOBILIÁRIO/EQUIPAMENTOS DE CADA CAMARIM: 1 APARELHO DE AR CONDICIONADO 12BTUS; 1 GELADEIRA; 4 BANQUETAS ALTAS; 01 ESPELHO CORPO INTEIRO, 01 MESA REDONDA COM QUATRO CADEIRAS, 01 SOFÁ DE 03 LUGARES, INSTALAÇÃO SANITÁRIA INTERNA (COM LIMPEZA DIÁRIA), PISO DECK EM TODA A INSTALAÇÃO DO CAMARIM E TENDAS PARA COBERTURA. TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELO CORPO DE BOMBEIROS, EXTINTORES ETC   |     |    |               |                       |
| 02 | GRADIO DISCIPLINADORES, PARA CONTROLAR A ENTRADA E SAÍDA DE PÚBLICO, CONFECCIONADO EM ESTRUTURAS TUBULARES GALVANIZADAS, DIMENSÕES DE 2,00M X 1,10M.  | 350 | MT | R\$ 71,67     | R\$ 25.084,50         |
| 03 | GROUND 12X10 EM BOX TRUS P50 E P30, CONTENDO 60 METROS DE BOX P50, 80 METROS DE BOX P30, 08 BASES 0,70X0,70 RETANGULAR REFORÇADA, 08 PAUS DE CARGA REFORÇADO, 08 TALHAS DE 1 TONELADA, 600 PARAFUSOS.   | 24  | M  | R\$ 108,33    | R\$ 2.599,92          |
| 04 | LOCAÇÃO DE TRAILER BANHEIRO CONTENDO 10 CABINES(EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO), SENDO 05 MASCULINO 05 FEMININO COM DISPOSITIVOS DE LUZES PARA INDICAÇÃO LIVRE OCUPADO ESCADAS EXTERNAS DE ALUMÍNIO CORRIMÃO NAS LATERAIS, TORNEIRAS AUTOMÁTICAS CUBAS EM INOX, SANITÁRIOS EM LOUÇA, SABONETEIRA, ESPELHO, SECADORES DE MÃO, PORTA PAPEL HIGIÊNICO, AR CONDICIONADO EM TODAS CABINES COM FRETE, LIMPEZA E MANUTENÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM NO LOCAL INDICADO CAIXA D'ÁGUA CAPACIDADE DE 700 LITROS, CAIXA DE DETRITO CAPACIDADE 900 LITROS E CAIXA D'ÁGUA SERVIDA CAPACIDADE 260 LITROS   | 4   | SC | R\$ 5.250,00  | R\$ 21.000,00         |
| 05 | PAINEL DE LED COM DEFINIÇÃO MÍNIMA P3.9, COM MONTAGEM, OPERADOR E DESPESAS INCLUSAS! - OUTDOOR - IDEAL PARA ÁREAS EXTERNAS OU INTERNAS QUE DEMANDAM MAIOR QUALIDADE, MAS QUE NÃO ABREM MÃO DE PREÇO, O LED P3.9 OUTDOOR É CONSTITUÍDO DE MÓDULOS DE 250 X 250 MM CADA COM UMA RESOLUÇÃO DE IMAGEM DE 65.536 PIXELS POR M² E BRILHO EMITIDO DE INCRÍVEIS 6000 NITS.  | 30  | M² | R\$ 321,67    | R\$ 9.650,10          |
| 06 | PALCO TIPO 2 – MÉDIO PORTE (DUAS ÁGUAS) PALCO COM MEDIDAS APROXIMADAS 12M X 10M (LXP) COM 1,10 DE ALTURA, CHAPEADO EM COMPENSADO NAVAL ESTRUTURA EM FERRO/AÇO, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 500KG/M². COBERTURA TIPO 02 (DUAS) ÁGUAS, EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO TIPO BOX TRUSS Q30 OU SIMILAR, PÉ DIREITO DE NO MÍNIMO 4M, COM LONA ANTICHAMA, GRID PARA SISTEMA DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO (PALCO) E “ASAS” NAS LATERAIS PARA SISTEMA FLY DE PA. CARPETE PRETO EM TODO PISO, FECHAMENTO EM TECIDO PRETO EM TODA ESTRUTURA LATERAL E FRENTE DO PISO. CORTINA PARA CENÁRIO (LYCRA, CETIM, ETC) EM TECIDO PRETO CORRUGADO OU LISO. DUAS ESCADAS DE ACESSO COM CORRIMÃO, HOUSEMIX MEDINDO 4M X 4M COM PISO EM UM NÍVEL DE 0,50M DO CHÃO PARA O SISTEMA DE SOM E ILUMINAÇÃO. | 2   | DI | R\$ 14.233,33 | R\$ 28.466,66         |
|    | <b>TOTAL</b>  | -   | -  | -             | <b>R\$ 109.467,86</b> |

6.3. O apoio ofertado pelo CONCEDENTE terá como finalidade precípua itens relacionados com estruturas, como definido no objeto do ajuste, não fazendo jus à utilização do repasse para itens relacionados a shows.

## 7. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

7.1. O CONCEDENTE se responsabiliza pelos repasses abaixo:

| REPASSE   |               |
|-----------|---------------|
| EXERCÍCIO | PARCELA ÚNICA |
| 2026      | R\$ 95.000,00 |

7.2. O CONVENTE se responsabiliza pelos repasses abaixo:

| REPASSE   |               |
|-----------|---------------|
| EXERCÍCIO | PARCELA ÚNICA |
| 2026      | R\$ 14.467,89 |

7.3. Conforme as tabelas supra, o desembolso será realizado após a subscrição do Convênio.

#### 8. OBSERVAÇÕES GERAIS

- 8.1. O Município de Paraúna será a entidade realizadora das comemorações relativas a Arraia bota fumaça 2026: resgatando cultura do sertão ao cerrado. Entre 22 e 23 de maio.
- 8.2. O Município de Paraúna será responsável pelo planejamento, coordenação e acompanhamento do evento, cumprindo todo o disposto no Plano de Trabalho.
- 8.3. O Município de Paraúna ficará responsável por todos os ônus e obrigações concernente à legislação fiscal, social, tributária, trabalhista e previdenciária acaso decorrente da execução do objeto do convênio.

#### 9. DECLARAÇÃO

- 9.1. Na qualidade de representante da Conveniente, venho declarar à Secretaria de Estado da Retomada de Goiás que:
  - a) O Município de Paraúna informará à Secretaria de Estado da Retomada - SER, a qualquer tempo, durante a execução do instrumento, as ações desenvolvidas para viabilizar os eventos.
  - b) O Município de Paraúna irá prestar contas dos recursos transferidos pela concedente destinados à consecução do objeto do convênio.
  - c) O Município de Paraúna irá receber e movimentar recursos exclusivamente em conta corrente bancária aberta somente para fins do eventual Convênio a ser firmado.
  - d) O Município de Paraúna irá operacionalizar o objeto, estando ainda ciente da obrigação de seguir as normas legais e estando ciente de que a Secretaria de Estado da Retomada - SER, não presta consultoria jurídica, técnica, contábil, financeira ou operacional.
  - e) O Município de Paraúna não possui, em seu corpo diretivo, servidores da Administração Pública Estadual ou parentes de até segundo grau, sanguíneos ou afins, de servidores da Secretaria de Estado da Retomada - SER ou de diretores, presidentes, secretários ou outros cargos da alta administração do poder público Estadual.
  - f) Declaramos, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que os servidores envolvidos com o Convênio e respectivos cônjuges ou companheiros não são membros do Poder Legislativo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

- g) Declaramos, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que o Município de Paraúna não tem Dívidas com o Poder Público e Inscrição nos Bancos de Dados Públicos ou Privados de Proteção ao Crédito.
- h) O Município de Paraúna não possui nenhum impedimento legal para realizar o presente convênio.
- i) Informo que possuo todos os documentos originais referentes às cópias simples de documentos apresentados (cópias de certidões, comprovantes de RG, CPF, contrato social, comprovantes de residência e outros) e que os apresentará a Secretaria de Estado da Retomada - SER quando solicitado e, antes da assinatura da Parceira, para fins de conferência.

Ante o exposto, pede-se **APROVAÇÃO** do Plano de Trabalho.

FLAVIO AUGUSTO  
NEGRAO DE  
MORAES:79318142153

Assinado de forma digital por  
FLAVIO AUGUSTO NEGRAO DE  
MORAES:79318142153  
Dados: 2026.04.17 08:13:32 -03'00'

**FLAVIO AUGUSTO NEGRAO DE MORAES**  
Prefeito Municipal de Paraúna -GO

Esta Secretaria de Estado da Retomada - SER **APROVA** o Plano de Trabalho, por seu representante que subscreve.

**CÉSAR AUGUSTO SOTKEVICIENE MOURA**  
Secretário de Estado da Retomada

Paraúna - GO, aos 16 dias do mês de abril de 2026.



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA  
GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS

## DECLARAÇÃO Nº 77 / 2026 RETOMADA/GECG-21307

**CONSIDERANDO** o teor do Decreto n.º 10.248 de 31 de março de 2023, que estabelece normas que regulamentam a celebração, a execução, o acompanhamento e a fiscalização dos convênios e dos termos de cooperação firmados no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Goiás, bem como na Lei Federal n.º 14.133/2021.

**CONSIDERANDO** o disposto no Art. 6º do Decreto n.º 10.248 de 31 de março de 2023, em que menciona que para a celebração do convênio dependerão da aprovação do plano de trabalho depende de prévia aprovação do competente plano de trabalho proposto pelos órgãos ou pelas entidades interessadas.

**CONSIDERANDO** que o Plano de Trabalho apresentado pelo **MUNICÍPIO DE PARAÚNA - GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 02.394.765/0001-89, preenche os requisitos legais, conforme manifestação da Procuradoria Setorial, por meio do Parecer n.º 168/2026 (90328284).

**DECIDO** pela aprovação do Plano de Trabalho (90714956) apresentado, visando garantir a realização do evento **“Arraiá Bota Fumaça 2026: Resgatando Cultura do Sertão ao Cerrado”**, que ocorrerá no dia 22 e 23 de maio de 2026, no referido município, mediante a disponibilização de infraestrutura e suporte operacional necessários à realização do evento, compreendendo itens como estruturas físicas, logística e apoio, no valor total de **R\$ 109.467,86 (cento e nove mil quatrocentos e sessenta e sete reais e oitenta e seis centavos)**, cabendo ao **CONCEDENTE** destinar o montante de **R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais)**, correndo as despesas à conta do Orçamento do Estado de Goiás e ao **CONVENIENTE** caberá a contrapartida financeira no montante de **R\$ 14.467,89 (quatorze mil quatrocentos e sessenta e sete reais e oitenta e nove centavos)**, de acordo Nota de Empenho nº 00001/2026 (90715008), conforme Plano de Trabalho (90714956) aprovado.

**César Augusto Sotkevicene Moura**

Secretário de Estado da Retomada



Documento assinado eletronicamente por **CESAR AUGUSTO DE SOTKEVICIENE MOURA**, Secretário (a) de Estado, em 20/05/2026, às 18:04, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **90599748** e o código CRC **66CC2973**.



Referência: Processo nº 202619222000461



SEI 90599748

# PROTOCOLO DE PUBLICAÇÃO

ORDEM DE  
SERVIÇO:  
**0000624077**

**TÍTULO:** EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 31-2026 - PARAUNA

**USUÁRIO:** FABRICIA ESTANISLAU MORAIS

**LOGIN:** fabricia.morais

**CLIENTE:** SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA

**DATA DA PUBLICAÇÃO:** 22/05/2026

**SITUAÇÃO DA PUBLICAÇÃO:** APROVADA

**DATA DO ENVIO:** 21/05/2026

**HORA:** 09:58:39

**VALOR:** 694,75

**ALTURA (cm):** 15.88

**COLUNA(S):** 1

**CM² (Colunas x altura):**  
15.88

**JORNAL:** Diário Oficial do Estado de Goiás

**CADERNO:** Caderno Único

**SEÇÃO:** II - Secretarias de Estado

**DADOS  
DO  
ARQUIVO**

**EXTENSÃO:** docx

## IMPRESSÃO

**DATA:** 21/05/2026

**HORA:** 09:59:26

**USUÁRIO:** FABRICIA ESTANISLAU  
MORAIS

**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA**  
**EXTRATO DO CONVÊNIO N.º 31/2026**

**PROCESSO: 202619222000461**

**ESPÉCIE: CONVÊNIO**

**CONCEDENTE: O ESTADO DE GOIÁS**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA**, inscrita no CNPJ 37.992.607/0001-05.

**CONVENENTE: MUNICÍPIO DE PARAÚNA - GO**, inscrito no CNPJ 02.394.765/0001-89.

**OBJETO:** O presente convênio tem por objeto apoiar a realização do evento "**Arraiá Bota Fumaça 2026: Resgatando Cultura do Sertão ao Cerrado**" a ser realizado **nos dias 22 e 23 de maio de 2026**, com finalidade de promover a valorização das tradições culturais juninas, fortalecendo a identidade local por meio de manifestações típicas, como apresentações musicais, danças, culinária regional e demais expressões culturais características do sertão e do cerrado, ao mesmo tempo em que impulsiona o desenvolvimento econômico e social do Município de Paraúna - GO. A iniciativa visa impulsionar a economia local, fomentando o comércio, o turismo e a geração de renda no município, ao atrair visitantes e movimentar diversos setores, como alimentação, hospedagem, transporte e serviços.

**VIGÊNCIA:** O presente Termo de Convênio terá vigência de **2 (dois) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, com sua eficácia condicionada a publicação no Diário Oficial do Estado, para a consecução do objeto expresso no Plano de Trabalho aprovado.

**DATA DA ASSINATURA: 21/05/2026.**

**VALOR:** Para a execução do objeto deste Termo de Convênio, dá-se o valor total de **R\$109.467,86 (cento e nove mil quatrocentos e sessenta e sete reais e oitenta e seis centavos)**, cabendo ao CONCEDENTE destinar o montante de **R\$95.000,00 (noventa e cinco mil reais)**, correndo as despesas à conta do Orçamento do Estado de Goiás, observadas as características abaixo especificadas, e ao CONVENENTE caberá a contrapartida financeira no montante de **R\$14.467,89 (quatorze mil quatrocentos e sessenta e sete reais e oitenta e nove centavos)**, contrapartida da conveniente, conforme Plano de Trabalho aprovado.

**ASSINATURA:** César Augusto de Sotkeviciene Moura - Secretário do Estado da Retomada, Flávio Augusto Negrão de Moraes - Prefeito do Município de Paraúna - GO